A NATUREZA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A SUA EXPRESSÃO NOS COMPONENTES CURRICULARES DE HISTÓRIA E FIOLOSOFIA

GILDO FERREIRA SANTOS

RESUMO

A natureza do conhecimento científico traz algumas questões essenciais para a formação cidadã dos estudantes, em especial nas disciplinas de História e Filosofia. Quanto a perspectiva histórica e filosófica, essas competências estão presentes nas mais diversas formas tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio. Desta forma, pensando sobre as questões voltadas para o componente curricular de Filosofia, tem-se uma reprodução da filosofia no ambiente escolar, muitas vezes, da mesma forma que ocorre pelos filósofos, implicando nas práticas docentes. O componente faz com que o pensamento leve à criação de parâmetros filosóficos, contribuindo para desenvolver junto ao estudante a criticidade e o raciocínio em relação ao mundo que o cerca de forma original e autônoma. A presente pesquisa tem caráter qualitativo com base em diferentes documentos. O objetivo geral foi discutir sobre o componente curricular de Filosofia em consonância com História, e como objetivos específicos, discutir sobre as contribuições que o componente curricular traz para o desenvolvimento dos estudantes. Os resultados indicaram que existe uma prática dúbia em relação ao componente curricular de Filosofia, que pode tanto desenvolver a criticidade e o respeito, como disseminar apenas a repetição das tragédias históricas que ocorrem ao longo da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: História; Filosofia; Educação.

ABSTRACT:

The nature of scientific knowledge raises some essential questions for the citizenship training of students, especially in the subjects of History and Philosophy. As for the historical and philosophical perspective, these skills are present in the most diverse forms in both Elementary and Secondary Education. In this way, thinking about the issues focused on the curricular component of Philosophy, there is a reproduction of philosophy in the school environment, often in the same way that occurs by philosophers, implying in teaching practices. The component makes thinking lead to the creation of philosophical parameters, helping to develop criticality and reasoning in relation to the world that surrounds them in an original and autonomous way with the student. This research has a qualitative nature based on different documents. The general objective was to discuss the curricular component of Philosophy in line with History, and as specific objectives, to discuss the contributions that the curricular component brings to the development of students. The results indicated that there is a dubious practice in relation to the Philosophy curricular component, which can either develop criticality and respect, or simply disseminate the repetition of historical tragedies that occur throughout society.

KEYWORDS: History; Philosophy; Education.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, tanto o ensino de História quanto de Filosofia, exige a possibilidade de repensar no que esses componentes curriculares significam antes de decidir qual estratégia será tomada para trabalhar determinados conteúdos. O contexto envolvendo as mesmas, geralmente é complexo já que existem diferentes objetivos educacionais atribuídos a ela, tanto filosóficos, quanto as possíveis formas de atingi-los.

Como problemática, tem-se que no tocante as Políticas Públicas, um agravante seria o fato do componente curricular de Filosofia, no caso, não ser obrigatório, o que torna a realidade um problema.

Como justificativa, tem-se a questão de que tanto o ensino de História quanto de Filosofia envolve a conscientização na análise crítica dos sistemas filosóficos, é a razão a fim de investigar os princípios e tentativas filosóficas já existentes.

Por isso é importante discutir o tema, não só do ponto de vista do professor, mas, também do estudante pois, no Brasil, acreditava-se que não existia segregação e que esta ocorria apenas em relação a condição social. O problema, é que muitas vezes, a sociedade ainda dissemina esse tipo de crença, sendo aceita pela sociedade sem criticidade alguma, o que faz com que a sociedade brasileira como um todo não melhore.

A presente pesquisa tem caráter qualitativo com base em diferentes documentos, teses, dissertações, artigos, dentre outros. Como objetivo geral tem-se a discussão do componente curricular de Filosofia em consonância com História; e como objetivos específicos, discutir sobre as contribuições que o componente curricular traz para o desenvolvimento dos estudantes como um todo.

DESENVOLVIMENTO

2.1 O COMPONENTE CURRICULAR DE FILOSOFIA EM CONSONÂNCIA COM HISTÓRIA

Questões como o desenvolvimento da criticidade dos estudantes devem ser trabalhadas não somente no componente curricular de História, como também na de Filosofia, o que deve ser trabalhado em consonância em sala de aula, para promover uma maior democratização em relação as oportunidades e contribuir para mudar o quadro das desigualdades na sociedade e na Educação.

O estudo da Filosofia envolve:

(...) aprender a filosofar só pode ser feito estabelecendo um diálogo crítico com a filosofia. Do que resulta que se aprende a filosofar aprendendo filosofia de um modo crítico, quer dizer, que o desenvolvimento dos talentos filosóficos de cada um se realiza pondo-os à prova na atividade de compreender e criticar com a maior seriedade a filosofia do passado ou do presente (...). Kant não é um formalista que preconiza que se deve aprender um método no vazio ou uma forma sem conteúdo; tampouco se segue que Kant tivesse avalizado a ideia de que é necessário lançar-se a filosofar sem mais nem muito menos a ideia de que os estudantes deveriam ser impulsionados a 'pensar por si mesmos', sem necessidade de se esforçar na compreensão crítica da filosofia, de seus conceitos, de seus problemas, de suas teorias etc. (OBIOLS, 2002, p. 77).

Inicialmente, a palavra Filosofia tem sua origem na Grécia, composta pelos termos "philos" e "sophía" que significa a "amizade pela sabedoria". Os primeiros registros da prática ocorreram no século VII a.C. e começo do VI a. C., na polis de Mileto, localizada na Ásia Menor, hoje reconhecida como Turquia. A Filosofia trouxe para a sociedade diferentes transformações no modo de vida (CHAUÍ, 2013).

Entre as mudanças, pode-se exemplificar a troca da sabedoria prática, que envolvia a resolução de problemas de ordem física e natural ocorridas no cotidiano, pelo conhecimento racional elevado, envolvendo questões de ordem moral e ética que preocupavam o coletivo, e que anos mais tarde levaria à invenção da política.

Trazendo essa questão para os dias atuais, a Filosofia nasce do entendimento de mundo e a partir dele. Neste componente curricular, os sujeitos históricos são determinados e baseados em problemas específicos. O discurso filosófico deixaria de ter sentido se as suas ideologias não se relacionassem com os problemas reais, nos momentos mais singulares da história.

No contexto educacional, o ensino de Filosofia tem passado por grandes transformações. Isto ocorreu, especialmente, devido a promulgação da Lei nº 11. 684, que alterou o Artigo 36 da Lei nº 9.394/1996, ao estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), incluindo a Filosofia e a Sociologia como obrigatórias ao longo do Ensino Médio.

A filosofia estava fora da Educação desde o ano de 1971, devido ao regime militar. Nesse período, os conteúdos de caráter filosófico perderam espaço porque não atendiam aos interesses políticos da época. Em 1960, com a ideologia tecnicista, o ensino humanista sofreu grande abalo.

O estudo da Filosofia, assim como o Latim, acabou perdendo a vez para a formação científica, passando a reger a sociedade do conhecimento. Passou-se aproximadamente 40 anos para a disciplina voltar oficialmente ao ensino:

O tratamento da Filosofia como um componente curricular do ensino médio, ao mesmo tempo em que vem ao encontro da cidadania, apresenta-se, porém, como um desafio, pois a satisfação dessa necessidade e a oferta de um ensino de qualidade só são possíveis se forem estabelecidas condições adequadas para sua presença como disciplina, implicando a garantia de recursos materiais e humanos. Ademais, pensar a disciplina Filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em Filosofia, que preparam os futuros profissionais, e da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-la do ensino, da produção filosófica e da transmissão do conhecimento. Considerando a reflexão acerca da Filosofia no ensino médio, cabe mencionar uma dificuldade peculiar: trata-se da reimplantação de uma disciplina por muito tempo ausente na maioria das instituições de ensino, motivo pelo qual ela não se encontra consolidada como componente curricular dessa última etapa da educação básica quer em materiais adequados, quer em procedimentos pedagógicos, quer por um histórico geral e suficientemente aceito (BRASIL, 2006, p. 15-16).

A Filosofia e a Sociologia preparam os estudantes para exercer a cidadania. O objetivo não é apenas claro enquanto discurso, mas, encontra-se presente na legislação. O Artigo 36, inciso III, trata dos conhecimentos necessários que o estudante deve desenvolver para ter o: "domínio do conhecimento filosófico e a sociologia necessária para o exercício da cidadania" (BRASIL, 1996, s/p.).

Atualmente, o desafio de ensinar Filosofia é justamente desenvolver o amadurecimento dos estudantes a fim de exercer a cidadania, construindo as condições necessárias para o trabalho docente:

Filosofia, se não é capaz de responder a tantas questões quantas gostaríamos, tem ao menos a capacidade de formular perguntas que aumentam o interesse do mundo, e mostram a estranheza e a maravilha contidas logo abaixo da superfície mesmo nas coisas mais triviais do cotidiano (RUSSEL, 1997, p. 24-25).

Quanto a perspectiva histórica e filosófica em relação ao desenvolvimento científico pode-se estar entrelaçado de diversas formas no currículo dos componentes curriculares. Discutir filosofia de forma específica, está de certo modo implícito no trato dos conteúdos, à medida que as concepções sobre a origem do conhecimento científico envolvem as práticas docentes (GIROUX, 1996).

Assim:

É preferível pensar sem disto ter uma consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, participar de uma concepção de mundo "imposta" mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente... Ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho próprio do cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e 59 não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade (GRAMSCI, 1978, p. 12).

A Base Nacional Comum Curricular, enquanto documento norteador, indica o que deve ser aprendido nas escolas em relação ao componente curricular:

"No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos" (BRASIL, 2018, p. 472)

"A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética." (BRASIL, 2018, p. 561).

2.2 A REPRESENTAÇÃO DA FILOSOFIA ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR

Inicialmente, os documentos mais antigos como os Parâmetros Curriculares

Nacionais, discutem que: "[...] a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno das questões sociais" (BRASIL, 2008, s/p.).

Quanto aos acontecimentos históricos, como resultado, o Brasil viveu por aproximadamente três décadas a "reconstrução da democracia", representando um grande atraso na luta pela igualdade racial e social, onde a Educação se mostrou precária, o problema de desigualdade social continuou e houve um aumento nos índices de criminalidade e crescimento das periferias.

As Políticas Públicas trouxeram nova orientação sobre os aspectos da história e da filosofia que refletem a formação da população brasileira, resgatando as contribuições desse povo na área social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Nesse caso, o trabalho pode ser interdisciplinar, tendo destaque os dois componentes curriculares em especial.

Refletindo, Silva (2007), discute que a escola é um espaço que já favorece as interações entre estudantes de origens e níveis socioeconômico diferentes, tornando-se assim um espaço propício para ensinar regras de convívio democrático e do respeito às diferenças.

Mais que o cumprimento das Leis, as questões de cunho racial estudados pela Filosofia são uma obrigação com a origem do filosofar, que é compreendida como um exercício crítico e reflexivo, onde é preciso levar em consideração as experiências do que o indivíduo pensa em relação ao mundo que o cerca.

A disciplina de Filosofia no Ensino Médio, se articula e conversa com as demais disciplinas envolvidas na promoção da igualdade étnica e ao combate ao racismo, servindo de forma eficaz para o processo de democratização, onde é preciso que essa realidade se afirme, reafirme e defenda suas conquistas constantemente.

O movimento de descentralização do poder político, intelectual e econômico, assim como a participação da sociedade mais popular, de certa forma não agrada a uma parcela da sociedade que usufruiu de modo exclusivo e opressor todos os privilégios.

Para as práticas docentes, as leis foram necessárias, pois, a população brasileira só valorizava ou reconhecia aquilo que lhe era passado como correto, baseado nas experiências e nas crenças de determinadas partes da sociedade, em detrimento da história, da filosofia e da cultura de uma forma geral, que envolvem inclusive a construção da sociedade brasileira.

Por isso, a escola é um ambiente em que deve prevalecer as relações saudáveis, valorizando todas as culturas independentemente de questões pessoais. O professor do componente curricular, bem como o de História pode contribuir em muito com esse processo.

Assim, no novo contexto do ensino de Filosofia, a prática docente e o seu peso na formação da criticidade dos estudantes, ser-

vem de preocupação para a comunidade filosófica do país. Desta forma, outro elemento que ajuda, além do livro didático para contextualizar os acontecimentos, são as metodologias ativas que desenvolvem o estudo filosófico com base em outras perspectivas:

O livro didático de filosofia é, de fato, um elemento que desempenha um lugar central no debate sobre a identidade do ensino de filosofia. Mais do que simples suporte ao trabalho docente nos mais diversos contextos e regiões do país, o livro didático se torna roteiro de trabalho, material de apoio, interlocutor do docente na sua concepção das práticas de ensino de filosofia. Através dele o professor debate com os especialistas a atividade de docência em filosofia, sustenta histórica e teoricamente sua atuação em sala de aula, recebe materiais de apoio e textos, encontra alternativas de abordagem dos temas e dos roteiros de cursos. (...), mas o livro didático de filosofia torna-se também livro que encontrará, daqui em diante, seu lugar nas estantes de grande parte das prateleiras das casas brasileiras: ao lado dos outros livros didáticos, será referência fundamental não somente de escolarização, mas de cultura em geral (GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS, 2011, p. 8).

O livro, no caso do componente curricular, representa um importante documento que auxilia no ensino e aprendizagem, onde muitas vezes é tomado como forma simbólica capaz de representar, em diferentes contextos, maneiras de criar e discutir as relações de dominação em relação a camada mais pobre da sociedade, sendo as formas simbólicas difundidas em ampla escala, como é o caso dos livros didáticos, exercendo papel fundamental nas desigualdades instauradas e do acesso a bens materiais e simbólicos.

Os discursos presentes no livro, escritos na forma de textos e figuras, podem tanto desenvolver a criticidade e a luta por dias melhores, como para sustentar relações de dominação entre grupos de pessoas, de forma dialógica, emergindo de determinadas relações que, por sua vez, não se limitam ao pessoal, mas, sim das histórias e dos contextos generalizados, como ocorre muitas vezes nos livros de História e Filosofia.

Isso acontece porque o livro é acessível, móvel e de distribuição gratuita, o que atinge um número muito grande da população:

... O mundo não é tão-somente exterior, nem tão-somente interior; está sempre fora e dentro ao mesmo tempo ou, melhor dizendo, constitui-se nessa imbricação de um exterior e de um interior, fluindo e refluindo por movimentos de projeção e introjeção... Fora e dentro participam, pois, da mesma substância, o dentro constituindo-se como uma envergadura do fora; o fora como uma multiplicidade de perfis projetados de dentro. Ao fora aprendemos a chamar de mundo; ao dentro, de subjetividade (NAFFAH, 1998, pp. 70-1).

No caso da escola pública, muitos estudantes assistem sua própria história de origem contada nos livros didáticos de forma simplista e superficial. A figura humana nos livros didáticos, em especial de determinadas etnias, geralmente transmite conteúdo hostil, valendo-se de uma linguagem que costuma destacar a figura do dominador, em detrimento do dominado.

Assim, a educação em Filosofia, deve promover a igualdade nas relações trazendo consciência do que deve ser discutido em relação ao ensino da própria Filosofia, do que ela representa para o estudante e para a sociedade, da didática, da pedagogia envolvida, dos mecanismos de ensino e a aprendizagem envolvidos no processo, direcionando o estudo da Filosófica para a prática desejada.

A Filosofia também deve contribuir para uma educação crítica e para a formação de cidadãos, promovendo a autonomia e a democracia, em conformidade com a legislação pertinente.

Desta forma, as Orientações Curriculares, trazem que:

Cabe, especificamente à filosofia, a capacidade de análise, de reconstrução racional e de crítica a partir da compreensão de que tomar posições diante de textos propostos de qualquer tipo (tanto textos filosóficos quanto textos não filosóficos e formações discursivas não explicitadas em textos) e emitir pareceres acerca deles é um pressuposto indispensável para o exercício da cidadania (BRASIL, 2006, s/p.).

A conquista proveniente do estudo da Filosofia em relação a população brasileira precisa ser mantida e afirmada de forma contínua, correndo o risco de permitir retrocesso no atual contexto democrático que o Brasil vem passando, onde o ensino da disciplina está presente no currículo escolar, mesmo que aplicado de forma a potencializar a prática filosófica para além da história da Filosofia e das aulas, envolvendo a sociedade como um todo.

Assim: “Em filosofia, são os próprios conceitos através dos quais compreendemos o mundo que se tornam tópicos de investigação” (BLACKBURN, 1997, p. 149), onde o estudo da Filosofia precisa envolver os estudantes o desejo de aprender a teoria que permita a eles compreenderem a realidade e desenvolver sua criticidade em relação ao que acontece a sua volta.

Por fim, quanto as habilidades da BNCC:

(EM13CHS501). Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que

contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas (BRASIL, 2018, s/p.).

CONCLUSÃO

O ensino de Filosofia, bem como de História, funciona como um espaço onde a produção filosófica e o estudo dão lugar as experiências. A cada ideia surge algo novo, já que funciona como um espaço de criação. A Filosofia pode ser considerada como um momento de provocação em que a partir do pensamento original, busca-se a compreensão, mas também procura-se buscar o que é da pessoa, desenvolvendo a imaginação do que poderia ser e do que não é.

O professor desse componente curricular em especial, é responsável pelo nascimento dessa perspectiva, em que acontece uma espécie de jogo. Assim, o professor é um provocador. As relações são criadas entre os estudantes, como um time que joga com o objetivo de construir saídas filosóficas para os seus próprios problemas e os do mundo.

As aulas de Filosofia servem para desestabilizar o pensamento estudantil, assim como é a própria Filosofia: ao se encontrar, se perde de novo. Por isso, as aulas não devem ser apenas funcionais e cerebrais, mas envolverem emoção, fazendo com que estudante viva de fato aquilo que está aprendendo.

É preciso desenvolver uma educação igualitária, que transforme a sala de aula em um ambiente inclusivo e transformador. É importante que a escola desmistifique a mentalidade racista e discriminatória que ainda existe na sociedade brasileira, a fim de vencer a imposição e o pensamento etnocêntrico que ainda predomina tanto nos livros de História quanto de Filosofia.

Assim, a Filosofia pode contribuir na educação dos estudantes para que estes se tornem outra pessoa, o que significa que ela está se lançando rumo ao desconhecido. Assim, se abdica de qualquer poder de controle para apreciar aquilo que pode vir a ser criado. O estudante se torna autônomo, cria seu mundo e o professor o apoia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base – Ensino Médio.

2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias. In: Orientações curriculares para o ensino médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica, 2006.

BLACKBURN, S. Dicionário Oxford de Filosofia. Rio de Janeiro: Zaar, 1997.

CHAUÍ, M. Iniciação à Filosofia: ensino médio, volume único. – 2 ed. – São Paulo: Ática, 2013. (p.29-30).

GIROUX, H. Teoria Crítica e Resistência em Educação. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 12.

NAFFAH N.A. Outr'em-mim: ensaios, crônicas, entrevistas. São Paulo: Plexus, 1998.

OBIOLS, G. Uma introdução ao ensino da filosofia. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002.

RUSSELL, B. The problems of philosophy. New York: Oxford University Press, 1997. p. 24-25.

SILVA, P.V.B. Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infantojuvenil. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (org). Notas de História e cultura afro-brasileiras. Ponta G